

Alfa I, programa para o carente

O ensino regular de 1.º Grau, na rede estadual, vem exigindo atenção especial do poder público, em consequência dos problemas sociais que surgem ou se agravam a cada dia.

Um deles, que se tem apresentado com maior intensidade, é o do des-nível sócio-econômico das populações urbanas, o que traz, entre outras consequências, o baixo rendimento da clientela escolar oriunda de estratos econômicos mais baixos.

Conforme pesquisa realizada pela Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional, 63,5% do alunado de 1.º Grau, na Grande São Paulo, e 59%, no Interior, provêm de famílias pobres, e muito pobres, com renda familiar "per capita" mensal inferior ou igual a 2/5 do salário mínimo. No que se refere à taxa de repetência, na 1.ª série do 1.º grau, em 1978, essas áreas apresentam o seguinte quadro:

de 13,5% de todo o alunado da 1.ª série do 1.º Grau, na Rede Estadual de Ensino.

A implantação deste Programa envolve, além das unidades escolares escolhidas, órgãos da estrutura básica da Secretaria de Estado da Educação: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Coordenadorias de Ensino e Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional (que coordena as atividades).

TAXA DE REPETÊNCIA, na 1.ª série do 1.º grau, na Rede Estadual 1978

A — Delegacias de Ensino nas quais predominam estratos sócio-econômicos mais baixos:

Itapecerica da Serra	41,4%
2.ª de Guarulhos	39,6%
Capela do Socorro	41,4%
Diadema	42,3%

B — Delegacias de Ensino nas quais predominam estratos sócio-econômicos intermediários:

Mauná	33,9%
Tucuruvi	31,0%

C — Delegacias de Ensino nas quais predominam estratos sócio-econômicos mais altos:

São Caetano do Sul	19,5%
Ipiranga, Cambuci	19,6%
Brás, Mooca	21,2%
Lapa, Perdizes e Consolação	18,2%

Fonte: ATPCE/SE.

A baixa renda familiar, refletindo no rendimento escolar, provoca maiores índices de repetência e esta, por sua vez, obriga a escola a atender a mais alunos que o desejável, o que também é causa de repetência. E o ciclo prossegue, aumentando em vo-

lume e acarretando outros problemas graves.

Numa análise, a partir do ano de 1977, até 1979, da matrícula na 1.ª série do 1.º Grau, na rede estadual (sem as escolas isoladas), verificamos:

N.º de alunos novos	379.233	408.993	419.654
% no total de matrícula	69,7	68,0	66,7
Índice, tendo como base 1977 ...	100,0	107,8	110,6
N.º de alunos repetentes	164.881	182.625	209.422
% no total da matrícula	30,3	32,0	33,3
Índice, tendo como base 1977 ...	100,0	116,8	127,0

Fonte: ATPCE/SE.

Nesta evolução, notamos que a participação relativa de alunos novos, na 1.ª série, tende a decair, num percentual de 69,7 para 66,7, enquanto a matrícula de repetentes cresce de 30,3% para 33,3% do total de matrículas. Este aumento progressivo de retenção de alunos, na 1.ª série, é melhor identificado quando tomamos como base o ano de 1977 e estabelecemos um índice comparativo entre a velocidade de crescimento das matrículas de alunos novos, de 100,0 para 110,6, e a velocidade do crescimento das matrículas de alunos repetentes, que é de 100,0 para 127,0, no mesmo período.

Diante desta realidade, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Educação, houve por bem implantar, em algumas escolas, classificadas segundo índice de mais baixo nível sócio-econômico de sua clientela, o Programa

Alfa I, considerando os bons resultados já obtidos, na aplicação desse programa, em outros Estados com problemas semelhantes aos que aqui se observam.

O Programa Alfa — baseado em diretrizes didático-pedagógicas aceitas pacificamente pelos técnicos no assunto — caracteriza-se por desenvolver, nas crianças culturalmente marginalizadas, a aquisição de hábitos, atitudes, habilidades e conhecimentos que se constituem no chamado "currículo oculto", através de uma série graduada de atividades para o aluno, indispensáveis ao desenvolvimento do processo sistemático de alfabetização, acompanhado de orientação para o professor e de treinamento em serviço.

O Programa iniciou-se com a aquisição de conjuntos individuais de material didático, que foram distribuídos a 100.100 crianças, atendendo a cerca

Novas escolas, só com cargos necessários

O Diário Oficial do Estado, nos últimos dois meses de 1979, publicou vários decretos do Executivo criando unidades escolares na Rede Oficial de Ensino.

Estas publicações resultaram de solicitação do Secretário da Educação, às Coordenadorias, no sentido de que as escolas a serem instaladas no ano de 1980 fossem antecipadamente criadas, para que os cargos resultantes, quer de Direção, quer de professores, fossem oferecidos nos concursos de remoção e ingresso marcado pelo cronograma do DRHU para o início do corrente ano.

Considerando que esta determinação alterou o que já era uma tradição — a de criar novas unidades apenas quando se concretizassem todas as matrículas no início do ano letivo — as Coordenadorias desenvolveram intenso trabalho de previsão de matrícula, cuja realização só foi possível graças ao esforço desenvolvido pelos Assistentes de Planejamento das delegacias e das Divisões Regionais de Ensino.

No âmbito da Coordenadoria de Ensino do Interior, os Decretos n.ºs 14.213, de 12-11-79; 14.424, de 14-12-79 e 14.523, de 26-12-79, criaram um total de 137 novas Unidades Escolares, sendo 91 EEPG e 46 EEPG (agrupadas).

É evidente que fatores imprevisíveis, como as migrações internas, determinarão a criação de novas unidades ainda neste meio de ano. Entretanto, o exposto caracteriza o efetivo interesse da Administração no sentido de se ampliar, a cada concurso, seja de ingresso ou de remoção, o campo de escolha nos quadros da carreira do Magistério.

Aliás, em todas as oportunidades que encontra, o Secretário da Educação, professor Luiz Ferreira Martins, tem reiterado a posição do atual Governo de procurar melhorar cada vez mais as condições de trabalho e de ensino nas escolas estaduais. E, sem sombra de dúvida, a ampliação da rede física é fator preponderante para que tal objetivo possa ser alcançado com sucesso.